

O SALÁRIO DO MAGISTÉRIO E A DEMAGOGIA DOS GOVERNOS

FEDERAÇÃO AUTÔNOMA DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO (FATE)

COMUNICADO NACIONAL Nº 1

MARÇO DE 2022

O governo federal anunciou no dia 27 de janeiro o reajuste do piso da educação básica em 33%. No dia 2 de fevereiro, em pronunciamento oficial, o então ministro da educação, Milton Ribeiro, apresenta essa “boa ação” desinteressada do governo federal, frisando que se trata do maior reajuste desde a criação da Lei do piso.

A negociação que ocorria entre a Casa Civil, Ministério da Economia e o Ministério da Educação era de um reajuste bem menor, que atendia aos interesses dos governadores e prefeitos. O governo federal, porém, anuncia o reajuste de 33%.

Mais uma vez, a subsistência do magistério brasileiro vira um jogo entre políticos interessados nas eleições deste ano. Nós, trabalhadores da educação, temos que compreender bem quem são e o que querem. Se a pandemia mostrou que a classe política não tem nenhum problema em brincar com as nossas vidas, quem dirá brincar com a educação do povo.

No caso, o jogo é entre o governo federal e governos estaduais e municipais. Já vimos essa história na pandemia, em relação ao *lockdown* e a vacinação. Ela se repete agora, dessa vez com o piso do magistério.

O governo Bolsonaro/Guedes/Milton Ribeiro aprova 33% e posa de bom moço, enquanto os governadores e prefeitos que pleiteavam 7,5% pagam o ‘custo político’.

Enquanto trabalhadores da educação, não nos interessa defender a classe política, seja ela federal, estadual ou municipal. Mas é preciso reconhecer seus interesses de classe e demonstrar sua demagogia.

A demagogia do governo Bolsonaro

ORÇAMENTO DO MEC (em R\$ bilhões)		
ANO	PREVISÃO ¹	EXECUTADO ²
2017	140,84	126,22
2018	139,91	120,22
2019	149,74	119,77
2020	142,11	114,25
2021	145,70	90,29
2022	134,6**	-

1. Recursos previstos para a educação pública no orçamento da União.
2. Valores executados.
**Projeção da Lei Orçamentária (LOA) enviada ao Congresso Nacional.
Valores destinados ao MEC e unidades orçamentárias vinculadas.
FONTES: MEC, Portal da Transparência.

É sabido que Bolsonaro e seus seguidores desprezam as trabalhadoras e trabalhadores da educação. Não são raros os ataques à categoria. Agora, ao aprovar os 33%, Bolsonaro busca sair por cima da carne seca tentando vender que ele e seu governo valorizam o magistério e a educação. Enquanto isso, joga para governos e municípios o ônus deste reajuste, já que grande parte deste reajuste será paga por estados e municípios.

Ou seja, Bolsonaro aplica uma medida prevista por lei, não fazendo mais do que sua obrigação, e vende isso como uma grande benesse de seu governo. Mas essa imagem que o governo cria de si mesmo é facilmente refutada ao analisarmos os investimentos federais na área de educação.

Na tabela ao lado, podemos ver a diminuição anual do orçamento destinado ao MEC, assim como a diminuição, ainda maior, do orçamento executado. Isso vem antes do governo Bolsonaro, porém este não faz nada para mudar a situação. Nota-se, ainda, que mesmo havendo dinheiro, ele não é aplicado e, além disso, é anualmente reduzido.

Ora, se o governo federal estivesse realmente preocupado com a educação, não teria deixado de executar e nem teria diminuído o orçamento. Isso mostra que a preocupação real do reajuste de 33%, para Bolsonaro, não tem nada a ver com uma preocupação com a educação, mas uma preocupação eleitoral de maquiar a sua própria imagem e de seu governo e não arcar com o ‘custo político’ da decisão.

A primeira lição que devemos aprender sobre as decisões dos políticos é que **eles não dão ponto sem nó**. São profissionais da politicagem e não dão nada sem receber.

O piso é Lei... mas e daí?

A ilegalidade dos governadores e prefeitos

Se o governo federal não se preocupa com a educação e a valorização dos trabalhadores da educação, não é diferente dos governos estaduais e municipais. Muitos não aplicam a Lei do piso, há anos e sob diversas gestões. Segundo levantamento, em 2016, quando o piso nacional era de míseros R\$ 2.135,64, apenas os estados do Acre, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco e Tocantins cumpriam a Lei em sua totalidade. No caso deste novo piso, a própria **Confederação Nacional dos Municípios** (CNM) já orientou os prefeitos a não concederem o reajuste de 33,24% no piso salarial dos professores. Ou seja, orienta publicamente à ilegalidade. É um escárnio!

Além disso, em 2021 muitos prefeitos não aplicaram os 25% da receita na área da educação, como obriga a Constituição, sob o argumento de que “não havia no que investir”, já que as escolas encontravam-se fechadas.

Ora, todo professor sabe que as aulas não pararam mesmo na pandemia e que esse período de ensino a distância, o que não faltou foi demandas para se investir. Para alguns governadores e prefeitos, parece que implementar, de uma hora para outra, um modelo de ensino totalmente distinto, com a necessidade de diversos equipamentos e serviços específicos, não existia nenhum investimento. Não é por acaso que foi um período de caos em todo o ensino público, e que todo o ônus, todo o desgaste deste processo recaiu sobre os trabalhadores da educação e o restante da comunidade escolar.

Essas políticas não se devem apenas à situação de pandemia. Se olharmos para os anos anteriores, notamos que a grande maioria dos estados e municípios não executam o orçamento previsto. Ou seja, no fim do ano sempre sobra dinheiro que deveria ser aplicado na educação. Vemos, portanto, que a questão não é



Protesto de professores catarinenses reivindica o pagamento do piso, em 2013, sob o governo de Raimundo Colombo (PSD).

dinheiro. Se fosse, todos eles reivindicariam a auditoria da dívida pública que leva metade do PIB para os bolsos dos ricos.

Os trabalhadores da educação e um programa classista

Diante de tudo isso, é fundamental que os trabalhadores da educação compreendam as disputas envolvendo a lei do piso do magistério e possuam uma linha de ação própria, com independência de classe e combatividade.

A disputa sobre o piso está colocada em uma conjuntura nacional de inflação dos preços e anos de congelamento salarial em muitos estados e municípios. Esse momento deve ser aproveitado para impulsionar nas bases das categorias da educação uma ampla campanha pela recomposição e aumento salariais, com greves, protestos e paralisações. Pelo interior do Brasil a maioria dos professores sequer ganham o valor do piso, que dirá temporários e terceirizados. Essa luta tem um grande potencial de se alastrar pela massa de escolas do interior e para outras categorias de trabalhadores que também tem sofrido com a carestia de vida.

Por outro lado, a situação dos trabalhadores da educação também é consequência da apatia e peleguismo das burocracias sindicais (CNTE, CUT, CTB) e seus métodos de recuados e legalistas. Por isso, nós da Federação Autônoma de Trabalhadoras e Trabalhadores da Educação (FATE), somos oposição a esse sindicalismo pelego e defendemos a construção de um sindicalismo revolucionário, de ação direta e independente de partidos e governos. **Para isso convocamos os trabalhadores da educação dos quatro cantos do país a lutar por um programa classista de reivindicações, assim como construir em suas cidades e locais de trabalho as seções sindicais da FATE.**

Referências

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/especialistas-acusam-bolsonaro-de-politizar-o-piso-salarial-de-professores-reajuste-esta-previsto-em-lei/>

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/prefeitos-deixam-de-investir-r-15-bilhoes-em-educacao-e-tentam-evitar-punica/>

<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/11/educacao-publica-perdeu-quase-40-do-orcamento-em-seis-anos/>

<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/02/4907686-2020-foi-o-ano-com-menor-gasto-do-mec-com-educacao-basica-desde-2010.html>

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/27/confederacao-orienta-prefeitos-a-nao-darem-reajuste-de-3324percent-no-piso-salarial-de-professores.ghtml>

<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/cnte-na-midia/63194-mais-da-metade-dos-estados-nao-paga-o-piso-salarial-aos-professores-diz-cnte>